
A QUESTÃO INDÍGENA E OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

THE INDIAN QUERY AND THE DEVELOPMENT PROJECTS IN WESTERN AMAZONIA

Adnilson de Almeida Silva¹

RESUMO: O presente artigo procura demonstrar a reflexão sobre os povos indígenas e a relação com os projetos de desenvolvimento na Amazônia Ocidental, particularmente no Estado de Rondônia.

Palavras-chave: Indígenas, desenvolvimento, território.

ABSTRACT: The present essay wants to demonstrate the reflection concerning native Indian peoples and the relationship between development projects in Western Amazon, particularly in the State of Rondonia.

Key words: Indian peoples, development, territory.

Introdução

A importância sobre a discussão de fronteira, ambiente e sociedade é propícia à medida que se trata não somente dos aspectos da fronteira, enquanto conceito científico, porque envolve outros desdobramentos que perpassam pela materialidade como Estado-Nação e se insere em questões econômicas, políticas e sociais que dizem respeito a territorialidades com funções, processos e significados de apreensões territoriais e espaciais distintos.

Numa região de fronteira econômica, em que os recursos naturais são considerados abundantes é notório uma busca incessante para sua exploração através de mecanismos que sempre ou quase sempre resultam em “encontros de sociedade”, ou seja, entre aqueles que chegam e a população residente. Esses encontros são marcados por enfrentamento, cujo contexto se configura no processo de resistência em oposição à numa nova dinâmica espacial/territorial.

Na compreensão dessa oposição, todavia, é necessário se ater ao processo histórico, ao geográfico e ao simbólico construído pelas mais diversas culturas e sociedades, visto que tanto o espaço quanto o tempo se apresentam com distinções entre os povos num contexto marcado pelas intencionalidades, como forma de apreensão de mundo, através da construção de valores peculiares a essas populações.

Queremos dizer é que o espaço/território tem uma gama de significados e representações que são concebidas, compreendidas, sentidas e vivenciadas por seus habitantes, o que de forma inversa não possui o mesmo nível de apreensão para os demais que não possuem pertencimento com o espaço/território.

Muito embora, espaço e território sejam conceitos distintos, concordamos com o enunciado de Bonnemaïson (1981, p. 262-262), ao inferir que o espaço é a errância, e o território é o enraizamento – logo, se caracteriza como pertencimento - sendo que ambos estão unidos, qualificados e constitui-se humano, em decorrência das relações mediadoras humanas, e assim atribui sua identidade.

Logo, a percepção do espaço/território corresponde ao resultado da interpretação de como os povos realizam a leitura de sua natureza, ou seja, o sentido de representação do mundo, em virtude de encontrar-se relacionado a interesses práticos e imediatos, composto pelas sensações e as percepções individuais (CASSIRER, 1968, p. 40-45 [1944]).

Essa consideração transporta-nos e possibilita-nos compreender e apreender como as diferentes culturas humanas se situam perante si e aqueles que não integram seu modo de vida, de modo que, o conjunto dessa diversidade

¹ Mestre em Geografia/UNIR; Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR; Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Modos de vida e Culturas Amazônicas – GEPCULTURA/UNIR e do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações – NEER; Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia - UNIR. E-mail: adnilsonn@gmail.com

propiciam territórios, espaços, fronteiras e lugares com qualidades distintas.

Pensar essa diversidade em termos amazônicos é uma tarefa complexa, sobretudo, em se tratando de povos com história, geografia, sociedades e cosmogonias com diferentes estágios de vivência com o ambiente. Nosso sucinto recorte de análise, embora com algumas lacunas², em razão da diversidade apontada, apresenta um panorama geral de Rondônia, a partir de seu processo de ocupação pela sociedade nacional do início do Século XX aos dias atuais.

O processo geohistórico de Rondônia: primórdios de sua construção

O espaço territorial rondoniense é habitado por populações indígenas desde tempos imemoriais, cujas referências antropológicas situam em pelo menos 12 mil anos. Os primeiros contatos com essas populações ocorreram por meio das missões religiosas na Amazônia Ocidental por volta do ano 1688, e particularmente no atual território de Rondônia em 1714, sendo tais povos identificados, conforme a obra “Os Desbravadores” (HUGO, 1959). As missões exerceram forte influência simbólica e política em toda a Amazônia, especialmente dos jesuítas, até serem expulsas em meados do século XVI por determinação do Marquês de Pombal.

É também neste no período compreendido entre o Século XVI e XIX que ocorrem na região o processo conhecido como entradas e bandeiras que consistia no aprisionamento e escravização de indígenas e a busca por ouro e pedras preciosas, tendo ainda a função de extração das chamadas “drogas do sertão”, entre elas a poaia (*Cephaelis ipecacuanha*), fibras vegetais, que adquiriam preços vantajosos no comércio internacional. Como se constata não se tratou de uma ocupação efetiva, mas de exploração das riquezas existentes na região.

Neste processo não se tinha uma efetivação e apropriação de terras e territórios propriamente dita por parte dos exploradores, mas o fato do encontro com as populações indígenas resultou em enfrentamentos e aniquilamento de algumas etnias, o que inevitavelmente propiciou inúmeros confrontos entre essas populações, conforme relatam os remanescentes. Esta constatação deriva-se de que cada vez que determinada etnia era “descoberta” e escravizada, parte de seus membros se refugiavam em outros territórios já ocupados tradicionalmente por outras populações indígenas, conseqüentemente produzindo guerras³, cujo sentido e sentimento permanecem cristalinamente na memória dos descendentes.

Como marco geográfico e histórico, o atual território rondoniense tem no Real Forte Príncipe da Beira – localizado na fronteira Brasil-Bolívia, edificado

em 1786, é um dos símbolos mais representativos para o Estado, visto que esta obra tinha o objetivo geopolítico português em garantir e controlar o território em relação à Espanha, além de oferecer as condições necessárias para ocupação da porção sul amazônica.

Desde o processo das missões, entradas e bandeiras até o início da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré - EFMM, os registros existentes indicam aprisionamentos de indígenas, mas, provavelmente tenham ocorrido enfrentamentos entre essas populações e os novos atores que se inserem nas territorialidades. O contato foi extremamente prejudicial aos indígenas, porque esses não eram imunes a doenças até desconhecidas, e que contribuiu significativamente para o extermínio de etnias.

Embora não se tenha informações oficiais⁴ de quantas etnias indígenas e o efetivo populacional correspondente ao período do início da ocupação até o início da EFMM, muito provavelmente eram muito numerosos e com grande diversidade cultural e étnica maior do que ocorre na atualidade, embora seu crescimento vegetativo tenha incrementado a partir dos primeiros anos de nosso século, em razão do protagonismo indígena e adoção de políticas públicas de saúde, ainda que insatisfatórias.

O final do século XIX e o todo o século XX para os indígenas rondonienses, no entanto, é o que se apresenta como mais problemático para essas populações, em decorrência dos vários projetos implantados e aqueles em fase de implantação, cujos desdobramentos incidem direta e indiretamente sobre as terras indígenas – Tis⁵ do Estado.

Da EFMM à BR 364: desterritorializações indígenas

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, concluída em 1912 e que marca afirmativamente na configuração e dinâmica territorial, responsável pelo surgimento das cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim (fronteira com a Bolívia), guarda em seu bojo não somente um patrimônio – ainda que não valorizado pelos brasileiros – mas um processo que diz respeito ao constructo de fronteiras brasileiras, visto que seu propósito inicial era de interligar Brasil-Bolívia e que hoje se configura com a adoção de novas estratégias por meio da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana – IIRSA.

Este importante projeto iniciado no século XIX marca a ocupação definitiva de Rondônia, ainda que a dinâmica ocupacional atinja maior vulto a partir dos anos 1960 com a expansão da fronteira econômica com a ascensão do regime militar, por meio da colonização e distribuição de terras aos migrantes de outras regiões brasileiras.

A EFMM tem uma forte conexão com a geopolítica adotada no início do século XX e está ligada ao mesmo empreendedor das estradas de ferro no sul do país, na

região do Contestado – vide a conexão São Paulo/Rio Grande do Sul, por meio de Percival Farquhar que com apoio do governo brasileiro promoveu reconfigurações territoriais em áreas de fronteiras ou próximas a elas.

Se na região sul do país esse grande empreendimento gerou um processo de luta entre a população trabalhadora e sem propriedade resultando no Contestado, e em Rondônia, guardado as dimensões não é muito diferente. Ocorre que na Amazônia é esse processo resultou no aprisionamento e subjugo de populações indígenas inteiras, assim em sua desterritorialização por conta do avanço do capitalismo em terras brasileiras. É imperativo relevar que no início do século XX é que se formatam as fronteiras brasileiras e pode-se dizer que ali estava não somente instituindo uma nação, como também se respirava “ares” novos da liberdade, por meio da nascente República.

Neste contexto, a EFMM é a espinha dorsal para efetivação do território e fixação das fronteiras brasileiras na porção sul-amazônica, ainda que o custo social e econômico resultasse em inúmeras vidas de trabalhadores e de populações indígenas – mortos por rebeliões e doenças. O custo financeiro também foi evidenciado, visto que parte do território brasileiro, no caso o Acre adquirido da Bolívia está intimamente ligado a esse empreendimento. É oportuno destacar que a EFMM oportunizou à época os ditos “ares” de modernização, ainda que os métodos de trabalho e a dinâmica empregada relembrem aspectos de servilismo ou escravidão.

Não se pode menosprezar que o empreendimento da EFMM possui estreita ligação com o extrativismo da seringueira (*Hevea brasiliensis*) cuja produção atendia aos interesses do mercado internacional, logo a extração dependia de uma série de estratégias apoiadas e financiadas pelo governo brasileiro, cujo contexto se reproduziu com a consequente ocupação de imensas áreas espacialmente despovoadas pela sociedade não indígena, mas habitadas pelos indígenas.

Assim, se realiza a reconfiguração territorial, onde áreas ancestrais e tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, transformam-se em extensos seringais. Essa nova forma de ocupação pelos seringalistas, no entanto, não ocorre de maneira pacífica e toda vez que os indígenas empreendiam estrategicamente a defesa de seu espaço territorial atacando os seringueiros, os donos dos seringais, promoviam sistemáticas reações, por meio de expedições punitivas às populações indígenas (LEONEL, 1995; VILAÇA, 1996), que invariavelmente resultaram em etnocídios.

Em levantamento realizado por Leonel (1995), no decorrer do século XX aproximadamente uma centena de expedições punitivas foram aplicadas aos indígenas, também a que se considerar que com a decadência

dos seringais, devido à desvalorização econômica da borracha em nível mundial, entra em cena nos anos 1950 a exploração mineral em Rondônia, que produz choques interculturais, cujos resultados se refletiram diretamente no modo de vida indígena e com repercussões territoriais.

Outro ponto de conexão da configuração territorial propiciado pela EFMM diz respeito às linhas telegráficas pela Comissão Rondon que estendia de Cuiabá até Santo Antônio do Madeira (distante sete quilômetros da atual cidade de Porto Velho, até então inexistente) para atendimento à mencionada ferrovia. O traçado das linhas telegráficas concluído em 1907 serviu como base para que nos anos 1940 fosse iniciada a BR 029 – atual BR 364, interligando Rondônia ao sul do país.

A colonização como reconfiguração territorial em Rondônia

A abertura da BR 364, dentro de um conjunto de estratégias governamentais de “ocupação” do espaço territorial amazônico, possibilitou não somente a atração de milhares de migrantes brasileiros que percebiam a nova “fronteira” econômica como oportunidade para conseguirem terras, enriquecerem, mas, também resultou na reconfiguração do Território Federal de Rondônia e, por conseguinte, sua elevação política ao status de Estado em 1981.

As estratégias cominadas pelo governo brasileiro tinham pelo menos seis propósitos que servem para entender a questão de ocupação da Amazônia, entre as décadas de 1960-1980:

- a) Minimizar as grandes tensões sociais, especialmente relacionadas a terras nas regiões sul e sudeste;
- b) Esvaziar os movimentos sociais que reivindicavam melhores condições de vida em decorrência da crise econômica brasileira;
- c) Realizar um modelo de desenvolvimento para o país, a partir de Rondônia, alicerçado na propaganda governamental como terra de oportunidades, a nova Canaã ou novo Eldorado;
- d) Ocupar os grandes “vazios” demográficos, tido como “terra sem gente para gente sem terra”;
- e) Conter o perigo de possível ocupação por estrangeiros, principalmente os de cunho esquerdista, através da disseminação da ideologia do “integrar para não entregar”;
- f) Incutir o patriotismo do “Brasil ame-o ou deixe-o”, em alusão clara àqueles que combatiam o regime militar (1964-1984).

Para consolidação dos propósitos estratégicos, órgãos foram criados e/ou revitalizados, tais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, Superintendência da Zona Franca

de Manaus – SUFRAMA, além de outras agências governamentais para promoverem o desenvolvimento, desde a distribuição de terras até a aplicação de financiamentos e incentivos fiscais.

No caso rondoniense, os órgãos governamentais tiveram forte atuação que implicou em menos de duas décadas a transformação social, política, territorial, ambiental e econômica, cujos impactos atingiram o modo de vida das populações indígenas e tradicionais, resultando em desterritorializações em decorrência desse processo ocupacional e ainda com a criação pelo Governo Federal de Unidades de Conservação - UCs que sobrepõem territórios habitados por sucessivas gerações.

É importante destacar que tentativas anteriores de colonização agrícola como a Colônia do Iata, Colônia Viçosa não obtiveram o sucesso esperado principalmente por falta de apoio governamental e infraestrutura, somente no final da década de 1970 ocorre uma dinamização e reconfiguração territorial.

Para a viabilização da colonização em Rondônia, o aparelho estatal brasileiro cria e implanta o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA, no início da década de 1970, voltado a grandes empreendimentos, para tanto conta com a estrutura do INCRA desenvolve uma série de projetos integrados de colonização – PICs (com módulo rural de até 100 ha, destinado a agricultura), projetos de assentamentos dirigidos – PADs (superior a 100 ha, destinado a pecuária) e projetos de assentamentos- PAs (com áreas menores que 100 ha)⁶.

O processo de colonização em Rondônia trouxe grandes e importantes impactos das diversas ordens, principalmente desmatamentos e queimadas intensas – já que desmatar era uma política incentivada e vista como desenvolvimento – a proliferação de madeiras, o conflito por terras envolvendo atores como agricultores, madeireiros, indígenas e populações tradicionais. Na realidade produziu uma série de desordenado com profundas alterações no território.

Aliado a essas questões não havia infraestrutura adequada de atendimento à população, em razão desse descontrole, o Governo cria, financia e executa com seus recursos e do Banco Mundial nos anos 1980 o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE, com os objetivos de: a) integrar nacional esta porção amazônica; b) ocupar a região noroeste do Brasil, através da absorção das populações marginalizadas economicamente de outras regiões, possibilitando a melhoria da qualidade de vida; c) aumentar a produção regional e melhorar a renda da população; d) reduzir os índices de desigualdades regionais e nacionais; e) garantir o crescimento produtivo em harmonia com o meio ambiente e proteger às comunidades indígenas.

Em realidade este último objetivo foi o que menos teve relevância no cumprimento, visto que com o POLONOROESTE ocorreu a pavimentação da BR 364 e com ela a chegada de uma migração cujos resultados são mensurados como o aumento do desmatamento e a pressão sobre as florestas causando desmatamento e conseqüentemente sobre os povos indígenas. O componente ambiental do Programa era o que tinha menos recurso e somente uma Terra Indígena – a Uru-Eu-Wau-Wau - foi criada no período, ainda que sobreposta pelo Parque Nacional de Picaás Novos e uma área ainda litigiosa conhecida como PAD Burareiro.

Direcionado a infraestrutura da colonização, o POLONOROESTE mudou as feições espaciais, isto é, os núcleos urbanos de apoio rural – NUARs deram bases para a formação da maioria dos 52 municípios atuais, sendo que até o início da década de 1970 havia somente os municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim, assim como viu sua população de pouco mais de 100 mil habitantes para aproximadamente 500mil em uma década.

Para corrigir as distorções e amenizar a problemática ambiental causada pelo POLONOROESTE, o Governo Federal usa o mesmo expediente de financiamento e execução através do Plano Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia – PLANAFLORO, com isso estabeleceu com maior rigor e melhor nível de detalhamento na ordenação territorial a 2ª aproximação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico – ZSEE.

Embora com menor aporte financeiro que o POLONOROESTE, seu sucedâneo o PLANAFLORO foi direcionado principalmente às questões ambientais, com isso foram criadas a maioria das UCs e TIs de Rondônia, a despeito que o componente indígena recebeu o menor nível de investimento quando comparado aos demais.

Sua importância é inegável, porque as populações indígenas passaram a ter garantia do usufruto e da segurança cultural e física com as terras demarcadas, entretanto, é imperativo constatar que nem todas as etnias em Rondônia obtiveram a legitimação pelo Estado brasileiro com a demarcação de suas terras ancestrais, alguns vivendo em cidades, outros sem a devida regularização fundiária.

Mesmo as TIs demarcadas e homologadas recebem pressões de toda ordem, tais como: invasão de posseiros, madeireiros, garimpeiros, fazendeiros, sitiantes, caçadores, pescadores; impactos diretos e indiretos de usinas de pequeno, médio e grande porte produtoras de energia, estradas; poluição e contaminação dos cursos d'água; cidades e vilas construídas próximas às TIs, entre outros, de modo que inúmeros problemas ecoam internamente – drogas, álcool, delitos e outras questões que promovem substanciais transformações no modo de vida.

Esses impactos são potencializados com a implantação de novos e grandiosos projetos para a região, que causa

uma nova feição ao território rondoniense em decorrência dos arranjos e da dinâmica do sistema econômico.

Os atuais projetos de desenvolvimento e suas relações com os indígenas

O Estado de Rondônia como anteriormente mencionado antes mesmo de sua situação política e jurídica ser definida tem servido de laboratório para implantação de projetos que relacionam diretamente com as estratégias de fronteira política – vide Forte Príncipe da Beira, EFMM – e de fronteira econômica (colonização e programas de desenvolvimento). Na atualidade, a fronteira de infraestrutura energética e de transporte amplia as fronteiras econômicas com forte conotação política, como estratégia de desenvolvimento.

Essas reconfigurações em seu espaço territorial propiciam também em novos significados para a população local, na qual se incluem indígenas, tradicionais e os “pioneiros” da colonização. Em realidade, esses arranjos espaciais perpassam à área de influência imediata – a Amazônia internacional – e estabelece conexões globais, que por seu caráter produz mudanças culturais, políticas, econômicas, sociais e ambientais.

Nesse caso, as obras e empreendimentos encontram-se respaldadas não na lógica local, regional ou nacional e sim em âmbito planetário, sustentada por planos e programas dos governos Federal e Estadual, com forte relação direta com a América Latina, e cujo usufruto da produção é direcionado para todos os continentes.

Assim, se observa que ocorre certa continuidade das ações governamentais – empresariais também – com o sentido de dotar a região de mecanismo que possibilitem a exportação de matéria-prima e em menor quantidade de produtos, o que não altera a lógica histórica de apropriação regional, isto é, a disponibilidade de produtos in natura em detrimento da industrialização e consequentemente da agregação de valores.

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana -IIRSA, como ampliação do Plano Brasil em Ação e complementada pelo Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, corrobora com a discussão de fronteira não mais como circunscrita ao conceito tradicional entre nações, mas como possibilidade de articulação e realização de ações envolvendo um bloco político-econômico-cultural de países com o propósito de serem competitivos, daí a modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações.

Rondônia encontra-se inserida neste contexto, logo em seu espaço territorial é realizado grandes obras com destaque as Usinas Hidrelétricas do Complexo do Rio Madeira (Santo Antônio e Girau), além de pequenas

centrais hidrelétricas no interior do Estado, que garantem energia para mover a economia brasileira, ainda que o custo social e ambiental seja elevado, principalmente para as populações indígenas e tradicionais que são forçadamente deslocadas de seus habitats.

Vários projetos energéticos estão em fase de estudos e implantação, sendo que os movimentos de resistência sucumbem frente à força do capital por razões variadas, como a cooptação de algumas lideranças e também pelo convencimento dos empreendedores para com a população.

Trata-se uma questão complexa, todavia o que não se vê são os benefícios para as populações locais, existe certa euforia quando os empreendimentos estão em fase de construção, produzem empregos, movimentam o comércio e estabelecem dinamismo econômico. O outro lado é igualmente verdadeiro: drogas, prostituição; esgarçamento da infraestrutura e dos serviços públicos vitais como educação, segurança pública, saúde e transporte; degradação ambiental; alagamento de TIs; desterritorialização de populações inteiras; especulação imobiliária – enfim o caos. O pós-emprego é ainda pior porque resulta num quadro de depressão social e econômica representada por um exército de miseráveis e deserdados da bonança.

Para os indígenas próximos aos empreendimentos das Usinas, outra questão se conecta e potencializa o grau de apreensão, no caso da pavimentação da BR 421 com ação direta em 05 TIs e aproximadamente 10 etnias, com extensão superior a 300 quilômetros e atravessa UCs e Reservas Extrativistas, que ligará Rondônia à Bolívia. A apreensão dos indígenas se refere: 1) ao dilaceramento da identidade cultural; 2) ao aumento de violência em geral – roubo, droga, prostituição; 3) ao perigo do transporte vitimando indígenas; 4) ao aumento de invasão de suas terras com diminuição da caça e do estoque pesqueiro; 5) a degradação ambiental com assoreamento de rios, com a contaminação e poluição por agrotóxicos, visto que agricultores, fazendeiros e outros empreendedores poderão se instalar em áreas próximas às TIs.

Em termos de estrada que entrecruza Rondônia e como foco das preocupações encontra-se a chamada “Saída para o Pacífico” que se encontra inserida juntamente com o projeto da FERRONORTE na estratégia de dotar o sistema de transporte da Amazônia Ocidental de condições competitivas. Nesse conjunto de transporte, o Porto Graneleiro de Porto Velho complementa o espaço destinado à exportação de soja, carne, frutas produzidas em Mato Grosso e Rondônia para atender o mercado mundial.

O Governo de Rondônia planeja a rodovia Transrondoniana, na área mais conservada e preservada do Estado, que se encontra na parte sul, próximo a fronteira com a Bolívia. A rodovia ligará os municípios

produtores de soja de grãos para exportação da área de influência de Vilhena à cidade de Guajará-Mirim, numa extensão superior a 500 quilômetros, entrecruzando TIs que possuem também indígenas isolados - conforme definição da FUNAI – UCs, Reservas Extrativistas, populações ribeirinhas e quilombolas. Em realidade não se sabe qual será a dimensão dos impactos que serão causadas, mas recorrendo ao acontecido nas demais rodovias rondonienses, pode se inferir que será desastroso para as populações e para o meio ambiente.

A situação que se projeta nos parece clara que beneficiará principal mente os produtores de soja, visto que a região de influência da futura rodovia é constituída de terras planas e favorece a expansão dessa oleaginosa, culminando assim com as consequências causadas pelas agroestratégias descritas por Almeida (2009, p. 59-61), em que “a incorporação acelerada de imensas extensões de terras tem colocado em risco tanto patrimônios naturais, quanto patrimônios culturais, violando flagrantemente, segundo entidades ambientalistas, tratados internacionais e convenções”.

Para não concluir

Em nossa análise, como dissemos inicialmente, apresenta algumas lacunas por se tratar de um tempo compreendido historicamente longo – aproximadamente um século de efetiva ocupação rondoniense pela sociedade não indígena, e ainda por ser um resumo, o que efetivamente não dá conta de oportunizar e abalizar amiúde o processo de sucessivas configurações territoriais ocorridas.

Os sucessivos projetos, planos e programas realizados em Rondônia, principalmente ao longo do século XX transparece que os efeitos causados às populações indígenas, tradicionais e aos mais vulneráveis não foram devidamente compreendidos, visto que os atuais projetos repetem erros semelhantes aos anteriores e até com maior grau de intensidade.

As usinas hidrelétricas, estradas e o avanço do agronegócio em geral contribuem na discussão realizada, sendo que os questionamentos pertinentes são “o que virá depois de tudo isso?”, “quem é que pagará por tudo isso pelo ambiente dilapidado e a sociedade marginalizada?”, “existirá garantias de melhorias para a qualidade de vida dessas populações”. Acreditamos que as respostas não podem ser simplistas, devido à complexidade que envolve a cultura, o modo de vida, a simbologia e representações que cada população indígena e tradicional faz como leitura e realizar de mundo.

Nem mesmo as chamadas compensações ambientais oferecerão respostas satisfatórias, por não se tratar somente de um conceito científico e de algo que pode ser pago monetariamente. Essa questão ultrapassa as aparências

das materialidades, isto porque a memória, a história de vida, a afeição à terra, o pertencimento e a identidade não podem ser mensuradas, são valores intrínsecos que habitam as subjetividades dessas populações.

Notas

2 -As lacunas dizem respeito a não oferecer uma descrição pormenorizada do modo de vida das populações indígenas de Rondônia, muitos das quais extintas em decorrência do modelo econômico aplicado na Amazônia. Como sugestão de leitura, indicamos LEONEL (1995) que retrata os massacres contra indígenas em Rondônia, ALMEIDA SILVA (2007; 2010); que aborda os impactos socioculturais em populações indígenas no mesmo Estado.

3 - É importante mencionar que anteriormente a chegada do não indígena na região, as guerras entre etnias existiam e envolviam questões territoriais, familiares, meios de subsistência, etc., todavia, foram potencializadas com os novos atores sociais que, de modo distinto de pensar e relacionar-se, entendiam a natureza como forma de apropriação visando o lucro e o enriquecimento.

4 - A falta de dados oficiais decorre que somente no início do século XX foi constituído um órgão que cuida da política indigenista brasileira, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais SPILTIN, posteriormente denominado SPI e finalmente Fundação Nacional do Índio – FUNAI, criada em 1967, em decorrência do Massacre do Paralelo 11 que provocou quase um completo etnocídio dos Cinta-Larga em Rondônia.

5 - Em Rondônia existem 27 TIs, sendo 21 demarcadas e 06 em processo de reconhecimento e/ou identificação, comportando 52 etnias, sendo as mais conhecidas: PaiterSuruí; Cinta-Larga; Ikolen e Karo – Ararae Gavião; Amondawa, Uru-Eu-Wau-Wau (auto reconhecidos como Jupaú ou Pindobatywudjara-Gã); Oro-Win (auto reconhecidos como Oro-Towat); Oro-Nao; Oro-Dao; Tupari; Karitiana. Em termos linguísticos predomina o tronco Tupi, seguidos por Txapakura, Pano, Jê, Mura, Nambikwara, Karib e línguas isoladas, sendo que o trabalho reeditado de Nimuendajú (1981) oferece uma ampla visão de territorialidade linguística no Estado, com importante valor antropológico e geográfico, porque demonstra a barreira ou fronteira étnica entre as populações indígenas da Amazônia Ocidental. Essa condição encontrada no Estado configura-se em importante, talvez a maior em termos de diversidade linguística, dando uma condição especial em termos de territorialidade populacional, ainda que pouco valorizada nos estudos científicos, especialmente em Geografia,

possivelmente porque se trata de populações com reduzido número de pessoas.

6 - Os PAs são de origem mais recentes.

Referências

- ALMEIDA, A.W.B. Agroestratégias e desterritorialização— os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A.W.B. & CARVALHO, G. (orgs.). O Plano IIRSA na visão da sociedade civil. Belém: Fase/Observatório Comova/UFGA, 2009. p.57-104.
- ALMEIDA SILVA, Adnilson de. Territorialidades e identidade dos coletivos Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia: “Orevaki Are” (reencontro) dos “marcadores territoriais”. Tese de Doutorado em Geografia. Curitiba: UFPR/SCT/DG/PPGMDG, 2010. 301 p.
- _____. Impactos Socioculturais em Populações Indígenas de Rondônia: Estudo da Nação Jupaú. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Porto Velho: PPGG/NCT/UNIR, 2007. 249 p.
- _____. LEANDRO, E. L. Questão indígena na Amazônia, a especificidade de Rondônia: algumas considerações. In: AMARAL, J.J.O; LEANDRO, E.L. (Org.). Amazônia e Cenários Indígenas. 1 ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010, v. 1, p. 45-69.
- AMARAL, J. J. O. ; ALMEIDA SILVA, ADNILSON DE ; LEANDRO, E. L. Migração e Colonização na Amazônia brasileira: notas para um debate. In: OLIVEIRA, V.; LEANDRO, E.L.& AMARAL, J.J.O. (Org.). Migração: Múltiplos Olhares. 1 ed. São Carlos: Pedro João Editores & EDUFRO, 2011, v. Único, p. 13-35.
- BASTOS, A. S.; ALMEIDA SILVA, ADNILSON DE; GOMES, F. B.; LOPES, L.F. Amazônia: territorialidade rondoniense - uma visão geográfica dos seus reflexos para indígenas e não-indígenas. In: I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder (I Geosimpósio), Curitiba: UNICURITIBA/UFPR, 2009. v. I. p. 1-16.
- BONNEMAISON, J. Voyage autour du territoire. L'Espace Géographique, nº 4. Doin, 8, Place de l'Odéon. Paris: Université Paris VI, 1981. p. 249-262.
- CASSIRER, E. Antropología Filosófica: Introducción a una filosofía de la cultura. 5ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1968 [1944].
- HUGO, V. (Pe). Desbravadores. Vol. 1 e 2. Humaitá: Missão Salesiana, 1959.
- LEONEL, M. Etnodicéia Uruéu-au-au. São Paulo: Edusp/IAMA/FAPESP, 1995.
- NIMUENDAJÚ, C. Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- VILAÇA, A. Quem somos nós: questões de alteridade no encontro dos Wari com os brancos. Vol. 1. (Tese de doutoramento, Mimeog.). Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1996.